

HISTÓRIA

EM
DEBATE

ANAIS DO XVI^º SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROFESSORES DE HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO, 22 A 26 DE JULHO DE 1991.

HISTÓRIA EM DEBATE

Problemas, Temas e Perspectivas

ANPUH: 30 anos

CNPq

InFour

O Suplicante: João de Bolés Entre os Portugueses

Paulo Knauss

"Je est un autre"
(Arthur Rimbaud)

*"Eu sou trezentos,
trezentos e cinquenta"*
(Mário de Andrade)

No dia 28 de dezembro de 1560, aportou no porto da cidade de Salvador, na Baía de Todos os Santos, uma nau comandada por Estácio de Sá, sobrinho do então governador-geral do Brasil. Curiosamente, a chegada dessa nau em Salvador foi marcada por um incidente: o Bispo de Salvador mandava prender um acompanhante francês da tripulação, de nome João de Cointa, Senhor de Bolés, *"por umas culpas (...) as quais culpas lhe vieram de São Vicente onde o dito senhor residira um tempo (...)"*. João de Cointa, senhor de Bolés, ou simplesmente João de Bolés, como também consta dos autos, ou ainda Jean - na forma francesa - pensou em não atender o chamado do Bispo, uma vez que não o conhecia e que não o queria conhecer, acrescentando ainda que havia prestado serviços ao rei. De uma forma ou de outra, o francês terminou levado ao cárcere conforme a ordem do Bispo.

A partir desse momento, João de Bolés estava definitivamente envolvido na rede do Tribunal do Santo Ofício lusitano. Por meio de seu processo, transcrito e publicado em 1904, constando do volume 25 dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, podemos hoje, nessa ocasião, revisitar a circunstância de sua passagem pelo mundo colonial.

Uma temporada no inferno

João de Cointa, era natural de Bolés, lugar de França, pertencente à jurisdição do arcebispado de Saãs (sic), segundo consta de seus depoimentos; havia sido

batizado e crismado na Igreja Católica Apostólica Romana; havia viajado por Itália e Espanha; era homem letrado, leitor de livros sacros e profanos, conhecedor das obras dos doutores da Igreja. Resume sua vida da seguinte forma: “(...) *minha infância e mocidade gastei em letras, passei minha juventude em armas, pelas quais eu nasci (...)*”.

O suplicante afirma em seus depoimentos ter sido convocado pela Rainha de França para lhe prestar serviços. Cita então que o “almirante” - o que por certo se refere ao chefe da marinha francesa e líder protestante, Gaspar de Coligny - solicitara a um primo seu que o convencesse a ir ao Rio de Janeiro, onde já haviam franceses situados. Eis que no ano de 1557, embarcou em expedição comandada pelo Cavaleiro de Malta, Villegagnon, contando a armada com duas embarcações, sendo que em uma delas seguiam calvinistas - entre os quais apesar de não citar sabemos que estava o futuro cronista viajante - Jean de Léry. Segundo o próprio João de Cointa, a missão que lhe havia sido conferida, era a de por em ordem o governo da “República” no Rio de Janeiro, elaborando estatutos e leis, conforme “o tempo e a disposição da terra”.

O fato é que, como o suplicante narra, sua estada na ilha não se prolongou por mais de seis meses, alegando que os calvinistas começaram a pregar na ilha, suscitando problemas em relação às regras de organização da vida dos franceses na Guanabara. O ponto máximo das discussões teológicas surgiram em torno do problema da possibilidade do pão poder ser fermentado ou não, e se era permitido colocar água no vinho. A solução seria a consulta, por carta, a homens eclesiásticos de França. Na expectativa pela resposta ao problema teológico João de Cointa e outros homens resolveram se retirar da ilha e ir para o continente, dividindo o grupo de franceses em dois. Como a solicitação demorava a tomar um fim, João de Cointa decidiu se engajar em um ataque à capitania de São Vicente que os tamoios vinham preparando. Ao chegar em São Vicente, o francês, com um criado seu, abandonou as ordens indígenas, indo ao encontro de portugueses (a título de ilustração da dimensão desses embates entre europeus e nativos, é citado nos autos que especificamente esse ataque tamoio reuniu de cinco a seis mil índios).

Com essa deserção, começa a segunda parte da estada do francês na América: passaria a desfrutar da convivência de homens destacados no mundo colonial lusitano, como autoridades coloniais, clérigos e senhores de engenho. Viveria, assim, entre portugueses na capitania de São Vicente, abastecendo-os das informações necessárias acerca do potencial e das condições francesas na baía de Guanabara. Por fim, terminaria por participar da empresa militar de 1560 que culminou com a destruição do forte francês, impossibilitando a perpetuação da empresa colonizadora da baía de Guanabara.

Terminado o empreendimento bélico, João de Bolés intencionava retornar à Europa, quando o surpreenderam em Salvador, onde ficou detido por três anos,

até ser transferido, no ano de 1563, para o Tribunal da Inquisição de Lisboa, aguardando o resultado das devassas e o registro dos autos. Até aí se desenvolveria o terceiro momento de sua passagem pelo Novo Mundo estendendo até Lisboa as mesmas condições a que se via submetido.

No entanto, é preciso citar a figura desencadeadora de todo o processo: o denunciante Padre Luís da Grã, cuja petição acusava o suplicante João de Cointa, senhor de Bolés, de culpas heréticas, como acusar a Igreja de Roma de enriquecimento e os Santos de falsa santidade; afirmar como mentirosas as bulas papais e as cartas de indulgências; negar a existência do purgatório; rejeitar o celibato aos padres; ler livros de hereges; e mostrar-se favorável aos protestantes. A conclusão da primeira devassa realizada em Santos teria o seguinte resultado:

“Visto estes autos e o que por eles mostra, não nos é por obrigatório contra João de Cointa, senhor de Bolés, porque a denúncia do Padre Luís de Grã não obriga já que se refere ao testemunho de Pero de la Cruz, que antes salva que condena o dito senhor de Bolés e o testemunho de Padre Manoel da Nóbrega não remate dele desculpa, o mesmo Bolés, atribuindo-lhe a ignorâncias suas coisas e o testemunho do irmão José reporta-se ao Padre Grã e Pero de Cruz, o que tudo não parece coisa importante nem que obrigue pelo que o absoluto e apelo para o senhor Bispo”. (Segundo Gonçalo Monteiro, vigário e ouvidor eclesiástico das Capitâneas de Santos e Santo Amaro).

Depois de muito ser interrogado na Bahia, onde permaneceu por três anos preso e passar pelos inquisidores em Lisboa, João de Cointa clamou por misericórdia diversas vezes e realizou seu “mea culpa”, além de afirmar sua fidelidade à Igreja de Roma, sendo somente em 1564 sua sentença oficialmente declarada. Aí começaria a fase mais curta e final dessa temporada de sua vida: seria obrigado a se recolher ao mosteiro de São Domingos em Lisboa, onde permaneceu tido como bom católico pelos clérigos monacais que contribuíram com requerimentos para o afrouxamento de sua penitência, permitindo-lhe sair à cidade e, finalmente, após a estada no mosteiro de alguns poucos meses, concedendo-lhe a liberdade definitiva - segundo consta dos autos.

Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu indicaram que durante a Primeira Visitação da Bahia, o Padre Luís de Grã em seu depoimento perante a mesa do Santo Ofício, em 14 de agosto de 1591, que João de Bolés teria sido sentenciado ao desterro na Índia)

Três anos de vida em liberdade no Novo Mundo. Quatro anos de prisão e alguns meses de reclusão. Ia-se já o final do ano de 1564...

ALQUIMIA DO VERBO

No desdobramento de seu processo, vê-se surgir depoimentos de figuras conhecidas como Men de Sá, Estácio de Sá, Pe. Manoel da Nóbrega, um certo "irmão José" - que sabemos ser o Anchieta - entre outros; da mesma forma figuras menos ilustres, mas características do cotidiano do Novo Mundo: por exemplo um carpinteiro, chamado Manoel Tavares, que vivia no engenho de José Adorno; Cristóvão Diniz, morador da cidade de Santos; Jorge Moreira, morador de Santo André; além de estrangeiros, como o castelhano Pero de la Cruz; e o francês, supostamente amigo de João de Cointa, Guilherme da Porta, casado com Maria Marques e moradores de São Paulo; além do criado de João de Cointa, denominado Diniz Frauses.

Curiosamente o que os testemunhos vão revelar, é que as personalidades mais destacadas na sociedade colonial demonstravam antes proteger João de Cointa, seja pela atitude de negar as acusações, ou rejeitar a interrogação, ou então justificá-las de alguma maneira, como surge no depoimento dos jesuítas. Por outro lado, os depoimentos das figuras comuns e ligadas ao cotidiano das populações locais, afirmaram as culpas do francês. Entre os relatos dignos de anotação está o de Maria Marques, que relata a amizade que aproximou seu marido Guilherme da Porta de João de Cointa e a má influência que exercia o senhor de Bolés sobre o seu marido, atribuindo ao contato com o francês a alteração de sua personalidade e transformando seu cotidiano, bem como sua relação com a população local. Mais duros ainda em face ao suplicante seriam os relatos dos presos, companheiros de cárcere de João de Bolés.

Talvez não seria demasiado afirmar que aqueles mais poderosos e que dificilmente seriam envolvidos nos braços da inquisição podiam se permitir proteger o francês e companheiro de batalha. Ao contrário, os desprestigiados socialmente se viam em uma situação mais delicada. Tratava-se de garantir a si próprios, explicitando o afastamento de atitudes consideradas heréticas e colaborando com a ação inquisitorial, burlando ao mesmo tempo qualquer envolvimento pessoal.

O resultado dessa alquimia de testemunhos é que se produz uma imagem do personagem João de Bolés multifacetada e fragmentada. De um lado é caracterizado como colaborador da Coroa Portuguesa; a isso se associa a noção de guerreiro; de outro lado, como conhecedor dos doutores da Igreja; em oposição é distinguido pela ignorância; ainda é associado a atitudes protestantes e, como ao final se revela, de bom católico.

Todavia, não apenas a multiplicidade e a fragmentação caracterizam as imagens produzidas acerca da pessoa de João de Bolés. Em realidade, essas

imagens são todas perspectivadas por meio de contatos distintos. Há testemunhos que afirmam ter visto algum ato, outros ouviram o réu falar. Entre esses últimos há os que ouviram pessoalmente as idéias do francês, enquanto há outros que tiveram informação de segunda mão - como o próprio Padre Luis da Grã - ou até de terceira mão - como o caso de Lyador Abanos - citando sempre outros como intermediários na notificação, alargando o espectro de testemunhos da devassa e acrescentando peças à figura do suposto herege. O próprio João de Cointa a certa altura diz ter sempre falado sobre as idéias dos protestantes, mas que não eram as suas, transferindo a marca da heresia de si mesmo para os franceses sitiados na baía de Guanabara. Um exemplo limite da perspectivação produzida acerca da figura do senhor de Bolés é o trecho de João Vaz que segue da seguinte maneira:

“ estando ele testemunha (João Vaz) na cadeia, fora Pedro de Graça da Vila, e o senhor de Bolés, lhe perguntaram que dissera ao senhor Bispo, quando o mandara chamar e que o dito Pedro lhe dissera que ele dissera a sua senhoria como ouvira dizer ao dito senhor de Bolés que (...)”

A devassa inquisitorial aparece, assim, como uma rede produtora de imagens fragmentadas e perspectivadas. A reunir todas as imagens que se produzem de João de Bolés está a religião. Esta, enquanto enunciado constante, organiza as argumentações e dá sentido ao vocabulário. O processo de João de Bolés resulta de uma construção datada historicamente que nos remete ao século XVI - o tempo das Grandes Navegações e do Renascimento.

O RIO DE JANEIRO DA PACIFICAÇÃO

A história de vida desse francês, que caiu na rede da Inquisição portuguesa, nos remete à empresa colonizadora francesa da qual participou e que tivemos chance de estudar aprofundadamente em outra parte. Sinteticamente, podemos afirmar que a atuação portuguesa na área da baía da Guanabara diante da presença francesa, terminou por impor a dominação colonial lusitana na área. Se, em 1560, os portugueses conseguiram desmorronar o empreendimento francês de ocupação, ainda assim não conseguiram impedir definitivamente a atividade do corso, que retornou a forma tradicional de exploração colonial a que os corsários franceses estavam habituados, ou seja, o escambo ocasional com os índios.

Com efeito, se pode afirmar que a dominação colonial lusitana na capitania do Rio de Janeiro se afirmou com objetivos geopolíticos, procurando impor a exclusividade dos mares, expressa pelo Tratado de Tordesilhas. O fato é que a ação do corso francês prescindia da ocupação permanente e se estruturava,

sobretudo, a partir de sua articulação com as populações nativas. Não sem razão, impor o monopólio dos mares e da prática do escambo, exigiu que no Rio de Janeiro a ação lusitana não se limita-se a destruição do forte francês na Baía de Guanabara, mas, sim, o desencadear de um processo conquistador de submetimento dos grupos indígenas, que garantiam a atuação mercantil dos armadores normandos e bretões.

Curiosamente, no entanto, esse processo a que nos referimos não se desenvolveu em torno de posturas militares. Ao contrario o enunciado fundamental apresentado pela documentação é a *pacificação*. Vale notar, que a palavra *conquista* não foi por nós encontrada em nenhuma fonte de época relativa ao episódio do Rio de Janeiro. Evidentemente, estava-se já nos anos 60 do século XVI, momento em que já se produzira a crítica e a denúncia do caráter violento e destruidor do processo de conquista na América Espanhola - que chegaria a proibir em Espanha a utilização da palavra *conquista*.

A documentação referente ao caso do processo de afirmação do domínio colonial português no Rio de Janeiro apresenta não só a completa dissociação com a noção de *conquista*, como busca insistentemente associações de caráter religioso. Exemplo máximo disso, são as descrições do ataque vitorioso sobre a fortaleza francesa em 1560, que narram como fator decisivo a ação divina, já que a retirada dos inimigos se deu no momento em que os portugueses estavam esgotando seu potencial de agressão militar. A grosso modo, é como se o processo de dominação além de ser *pacificador* e não agressor, ainda fosse conduzido e impulsionado pela atuação divina, isentando de responsabilidade a ação humana.

CONCLUSÃO

Ao menos no caso da presença européia no Rio de Janeiro, a religião é como que o eixo de todos os acontecimentos, A vinda dos franceses, claramente associada à postura política da defesa de liberdade dos mares e da exploração colonial, termina sendo enformada pela religião, direcionando e cidindo-a - o que fez João de Cointa se aliar aos portugueses. A passagem pela América desse francês, Senhor de Bolés, nos serve assim como ilustração de um evento - a dominação colonial portuguesa - e, concomitantemente, de um tempo, em que como diria Lucien Febvre, "*a igreja se imiscui em tudo, ou, mais precisamente, achava-se imiscuída em tudo*".

Como procuramos caracterizar, também a afirmação do domínio colonial lusitano se combinou com a produção de um ideal de motivação divina. Ai se revela o outro lado da história de João de Bolés, em que este deixa de se constituir em sujeito humano real, para tornar-se, sob a rede inquisitorial, uma unidade

humana figurativa, múltipla, fragmentada e perspectivada. Sua aliança com os portugueses o submeteu as condições da dominação colonial lusitana na América, conduzindo-o ao menos por uma temporada a uma peregrinação ao calvário.

Não se trata aí de associação entre aparato inquisitorial e **conservação** das estruturas sociais vigentes - evidenciadas desde os trabalhos de A. José Saraiva, para Portugal, e especificamente para o Brasil colonial de Anita Novinsky. Trata-se muito mais de identificar ação inquisitorial e mais alargadamente atuação inconstitucional eclesiástica com o lançamento das bases da dominação colonial portuguesa na América. Se tal postura remete sempre ao exemplo da missão catequizadora dos jesuítas, o caso de João de Bolés alarga o espectro da reflexão acerca da instauração das estruturas sociais coloniais, especialmente no que se refere a presença europeia não-lusitana na América.